



**ATA DA SESSÃO Ordinária**  
**DO DIA 15-11-2018**

**Presidente**

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte

**Deputados**

Emanuel Teotónio Pacheco

Bruno Furtado Moniz

Silvino Padre Cura da Ponte

André Filipe Vicente Mansinho

António José de Braga Sousa

Bruno Miguel Arruda Machado

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

Zenaide Margarida Soares Henrique

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

José Honorato Sousa Medeiros

Alexandre Custódio Batista Câmara  
Amaral

Séfora de Fátima Santos da Costa Correia

Gilberto de Medeiros Caetano

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

João Alberto Carreiro de Medeiros Simas

António José Santos Ponte

Lúcia de Fátima Pacheco Santos

Arménio Maurino Correia Jardim

Edgardo Costa Madeira

José Eduardo Costa

Dinarte José Resendes Sardinha

Emanuel de Sousa Medeiros

Maria da Conceição Frias Santos

Cláudio Manuel Pacheco Medeiros

**Secretários**

Emanuel Frias Santos

Maria Helena de Rodrigues e Ponte



## ATA DA SESSÃO Ordinária DO DIA 15-11-2018

### ÍNDICE

#### ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM - I N° - 1138/2018 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - ELEIÇÃO DE TRÊS MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DA JUVENTUDE

PONTO DOIS - I N° 1139/2018 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - ELEIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

PONTO TRÊS - E N° 5891/2018 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - CEDÊNCIA DE TERRENO - IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA RIBEIRA SECA

PONTO QUATRO - I N° 1119/2018 - INFORMAÇÃO - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2018 - 2º TRIMESTRE

PONTO CINCO - I N° 1051/2018 - INFORMAÇÃO - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2018 - 3º TRIMESTRE

PONTO SEIS - PROC.º 2018/100.10.200/8 - ( I N° 1113/2018) - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

PONTO SETE - I N° 1072/2018 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS ( IMI) - FIXAÇÃO DAS TAXAS PARA 2019

PONTO OITO - I N° 1071/2018 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019

PONTO NOVE - I N° 1073/2018 FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019

PONTO DEZ - I N° 1074/2018 LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019

PONTO ONZE- I N° 1110/2018 - PROPOSTA DE PROGRAMA DE PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL - VERSÃO 11/2018

PONTO DOZE- I N°,1120/2018 - 5ª REVISÃO ORÇAMENTAL

PONTO TREZE - I N° 1111/2018 - OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2019

PONTO CATORZE - I N° 1121/2018 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA/ COMPROMISSO PLURIANUAL



## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15-11-2018

Aos quinze dias do mês de novembro, do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão Ordinária, a Assembleia Municipal, que na ausência da Presidente da Assembleia Municipal e da 1ª Secretária, foi presidida pela 2ª Secretária, Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte. A sessão foi secretariada pelos senhores, Emanuel Frias Santos e Maria Helena de Rodrigues e Ponte. -----

A senhora Presidente declarou aberta a sessão eram 20 horas -----

### ANTES DA ORDEM DO DIA

#### - Registo de Presenças

Seguidamente foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes, desse órgão, verificando-se a não comparência, por motivos justificados, da Presidente da Assembleia Municipal, Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, da 1ª Secretária, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, de Cláudia de Jesus Lima Cabral, e de Carlos Eduardo Melo Braga, que se fizeram substituir pelos senhores, Emanuel Teotónio Pacheco, Lúcia de Fátima Pacheco Santos, José Honorato Sousa Medeiros, e Silvino Padre Cura da Ponte.-----

Assistiram à reunião, o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, o Vice-Presidente, Carlos Melo Pimentel e os vereadores, Sabrina Marília Coutinho Furtado, Gonçalo Patrício Fontes Dias, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Nélia Maria Silva Alves Guimarães e Arnaldo Manuel Guerreiro de Sousa. -----

#### - Aprovação da ata anterior

Foi submetida a apreciação e votação a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 27 de setembro de 2018, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

### **PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS:**

Pediu a palavra o membro da Assembleia Municipal, Edgardo Madeira para colocar pequenas questões e consequentes pareceres, ao presidente da câmara municipal e iniciou com a notícia de capa do jornal do Correio dos Açores, do dia 15 de novembro, em que o ilustre vila-franquense, o mais antigo presidente de junta de freguesia e mais recentemente, membro da assembleia municipal, senhor Eduíno Manuel Simas Couto, expunha o problema na área da agricultura, no concelho de Vila Franca do Campo, quanto à falta de acesso aos terrenos agrícolas, fazendo referência pessoal, como agricultor desde a Ribeira Chã à Ribeira das Tainhas. Referiu-se que tinha conhecimento que já tinham sido envidados esforços, junto do Governo Regional, pelo próprio e pelo Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira das Tainhas, sem que tivessem obtido qualquer tipo de resposta. Acrescentou ainda



o problema do escoamento da banana, cuja produção foi abundante e de qualidade. Por ser um problema de muitos agricultores do concelho apelou ao Presidente da Câmara Municipal no sentido de usar o seu prestígio junto do Governo Regional, para dar andamento à resolução daqueles problemas, que afetam a economia local.

Ainda no uso da palavra, aquele membro da Assembleia, fez referência ao início da elaboração do Presépio Municipal, sito ao Largo do Pelourinho, que tem sido em anos anteriores de grande qualidade, mas se não houver inovação, tornar-se-á repetitivo. Alertou, também para o facto do muro atrás do presépio se encontrar mais alto, sugerindo que o mesmo ficasse de um ano para o outro, poupando trabalho, para além de ficar bonito no enquadramento da zona. -----

Às questões apresentadas, o Presidente da Câmara Municipal, respondeu que de facto o senhor Edgardo, dissera que seria necessário o seu parecer, porque não dependia da Câmara Municipal. Informou que no dia seguinte, o Secretário Regional da Agricultura e Florestas, estaria de visita ao concelho e que o assunto apresentado seria debatido. -----

Quanto ao presépio, afirmou que ia haver algumas inovações. Sobre a permanência do muro, durante todo o ano, seria impossível, pois mesmo durante a quadra natalícia o mesmo era, parcialmente, derrubado por alguns populares, exigindo permanentes intervenções de restauro. Esclareceu que as pedras usadas para a elevação do mesmo, eram reutilizadas de ano para ano.-----

O membro da Assembleia Municipal, Silvino Ponte, pediu a palavra para apresentar o voto de pesar que se transcreve.-----

### **“VOTO DE PESAR**

*Faleceu no passado dia 12 de novembro, Paulo Henrique Parece Batista, com 51 anos. Nascido a 8 de julho de 1967, com uma forte ligação familiar em Vila Franca do Campo, onde passou a sua infância e grande parte da sua adolescência, aqui iniciou a sua grande ligação ao mar e às gentes desta nossa Vila.*

*Com uma forte tradição familiar no intercâmbio e trocas comerciais da família Parece, entre Vila Franca do Campo e Vila do Porto, assumia-se entre no ciclo mais próximo de amigos, como filho das Vilas irmãs. Vila Franca do Campo, onde se casou e Vila do Porto, onde se fixou.*

*Deputado eleito na Assembleia Legislativa dos Açores, desde 2014, cedo se envolveu ativamente na vida cívica e política da Região e sempre fez questão de elevar o nome de Vila Franca do Campo por onde passasse.*

*Era um ser humano com inúmeras qualidades, que sempre pôs ao serviço da sua comunidade e dos Açores.*

*Por tudo isto, propomos que a Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo aprove este voto de pesar e que dele seja dado conhecimento à família enlutada.”*



O Presidente da Câmara no uso da palavra que lhe foi concedida disse que a Câmara Municipal, se associava ao Voto de Pesar apresentado, referindo-se ao grande choque que representa a morte repentina. -----

Colocado a votação, o voto foi aprovado por unanimidade. -----

De seguida, usou da palavra o membro da Assembleia Municipal, Hélder Medeiros, para levantar algumas questões e registar com agrado a sinalética toponímica, que em boa hora e extremamente refrescantes, têm a ver com a dinâmica do nosso concelho, exemplo de algo simples, mas de grande investimento. No entanto, acrescentou, com um grande senão em frente, na freguesia de Ponta Garça, em vez do Farol, um amontoado de vacas, o que não aconteceu com São Pedro, onde foi colocada a olaria e noutras freguesias os respetivos ex- libris. -----

Avançando, congratulou-se, pela inauguração 9 anos depois, da Capela da Luz Eterna e não de obra eterna, acrescentou. Referiu, que por birra política, a obra em questão, chegou ao valor de mais de meio milhão de euros. -----

Alertou, para o facto de do Governo Regional estar a fazer a visita ao concelho, com a esperança que o faça mais vezes e apelou ao Presidente da Câmara Municipal que perante aquela visita olhasse para as vias, nomeadamente na pavimentação, em especial a Rua Professor Eduíno Terra Vargas. -----

Fez referência à obra do Barracão de Peixe, que mais uma vez se apercebeu que o projeto de restaurante estava enquadrado na requalificação das Olarias, levando-o a pensar que se iriam fazer com capital próprio, sem candidatura a fundos comunitários e por isso achava estranho. Contudo, salientou que sabia que tinha sido ideia do Presidente da Câmara que para tal fora eleito, mas em opinião pessoal e de outras pessoas, não era uma boa aposta, ainda que ficasse mais barato, mas que estava desajustada, uma vez que Vila Franca do Campo não possuía massa crítica para mais um “Elefante Branco”. Continuou afirmando que, previa que não ia haver sucesso como cozinha, nem seria acessível para a maioria das pessoas. Pediu por último a reconsideração dos monumentos de alto valor histórico que o concelho tem.-----

Finalmente pediu que a sua proposta fosse reconsiderada, uma vez que achava que a obra em questão se encontrava desajustada para Vila Franca do Campo, colocando a hipótese de a Câmara Municipal poder reabilitar o espaço e fazer uma concessão para um particular, para que o investimento ficasse a custo zero.-----

O Presidente da Câmara no uso da palavra, agradeceu os elogios apresentados sobre a sinalética e esclareceu que a mesma podia ser mudada de seis em seis meses, vincou que a freguesia do concelho, que é dedicada à lavoura, é a de Ponta Garça.

Quanto à Capela, agradeceu a referência que o membro da Assembleia, Hélder Medeiros tinha feito, mas que tinha sido há quinze anos, e não nove, como anunciara. Salientou que todos os monumentos no auto de inauguração eram objeto de críticas. Disse ainda, o Presidente da Câmara Municipal, que não fazia sentido



esquecer o que já tinha sido feito. Qualificou o espaço de muito amplo, de arquitetura com um elemento diferenciador e de muito valor.-----

No que respeita à pavimentação das vias, afirmou que iria insistir perante o Governo Regional, aquando da visita ao concelho, para a reparação e conservação das mesmas.-----

Referindo-se à questão do Barracão de Peixe, o Presidente da Câmara Municipal, afirmou que sempre fora dito que a obra seria feita com Fundos Comunitários, não tendo havido nenhuma hipótese ao contrário. Disse ainda, que não sabia onde o senhor Hélder Medeiros, tinha ido buscar a ideia de que o restaurante seria de alta cozinha, acrescentando que no projeto havia até um forno para a confeção de “pizzas” e outras variedades de comidas normais, com refeições ligeiras e também outras refeições. A origem da ideia, disse, estaria no servir as pessoas que visitam o Ilhéu, visitam Vila Franca, acessível a toda a gente. Continuou recordando que no fim do anterior mandato recebeu o grupo parlamentar do PSD, onde o mesmo, numa das críticas que fizeram ao executivo camarário, fora a má restauração existente no concelho e por aquilo deveriam investir naquele misto de mercado, porque os turistas procuram a gastronomia local, sendo uma forma de atrair pessoas ao concelho. Afirmou que, sobre a matéria, estava plenamente de acordo com o referido grupo parlamentar, ao contrário da visão apresentada e do grupo dos vereadores do PSD, da Câmara Municipal, que tinham opiniões diferentes.-----

Defendeu que por excelência, o presidente da câmara municipal é uma figura representativa em democracia, afirmando que tinha havido opiniões de municípios e do próprio PSD, na Câmara Municipal, para que aquele espaço fosse remodelado para museu. Mais uma vez venceu o Presidente da Câmara, não se pretendia fazer museus em núcleos, fazendo todo o sentido que o próprio museu, tivesse uma representação do Mar, para que os turistas procurassem no lugar certo. Informou que ia haver mais fundos comunitários e então na devida altura a Câmara iria se candidatar para obras de requalificação do Museu.-----

Quanto ao observatório, anteriormente mencionado, esclareceu o Presidente da Câmara Municipal que será inserido no projeto de requalificação do Forte do Tagarete. -----

De seguida foi concedida a palavra ao membro da Assembleia Municipal, Bruno Machado, que questionou se seria intenção da Câmara Municipal adquirir um veículo com capacidade para 30 passageiros, uma vez que o município não tinha nenhum para satisfazer as necessidades de deslocação de grupos para participação em eventos, na área do desporto, atividades culturais e sociais, para e fora do concelho. -----

O Presidente da Câmara Municipal, respondeu que não havia fundos comunitários que financiasse a referida aquisição, razão pela qual a Autarquia tem apoiado as freguesias na aquisição de pequenas viaturas. -----



## ORDEM DO DIA

### **PONTO UM - I Nº - 1138/2018 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - ELEIÇÃO DE TRÊS MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DA JUVENTUDE**

Foi presente à sessão a proposta, cujo título em epígrafe se retifica para, **eleição de 2 membros da Assembleia, para o conselho Municipal da Juventude**, conforme consta da alínea b) do art.º 4º da Lei nº 8/2009, de 18 de fevereiro, republicada a 10 de fevereiro de 2012, que criou o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, aprovado na sessão da Assembleia Municipal de 27-02-2014, sob proposta da Câmara Municipal na reunião da Câmara Municipal de 2-01-2014. ----

Foram eleitos para a composição do conselho Municipal da Juventude, os membros da Assembleia Municipal, André Filipe Vicente Mansinho e Bruno Furtado Moniz.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Pedi a palavra o membro da Assembleia, eleito pelo PS, André Mansinho, para, sobre o assunto em causa, expressar a sua satisfação, começando por referir que os jovens são uma parte importante e essencial da sociedade e daquela forma, seria importante que as câmaras e os líderes políticos conseguissem encontrar soluções e medidas de forma a apoiá-los do melhor modo possível.-----

Assim, realçou o trabalho contínuo efetuado, pelo atual executivo camarário, com o apoio à comunidade jovem do concelho de Vila Franca do Campo, dando como exemplo, a requalificação do campo de jogos da Ponta Garça; a substituição para piso sintético do campo em Água d'Alto; a construção do campo e parque infantil, no aldeamento do Ilhéu; a atribuição de bolsas de estudo, sejam elas por mérito ou por carência; a melhoria do recinto e do cartaz de artistas nas festas de São João, que têm beneficiado não só os jovens mas como toda a comunidade Vila Franquense e não só; e a reconstrução do parque recreativo da Mãe de Deus, um projeto já muito ansiado por todos. -----

Concluiu expressando assim, a sua satisfação enquanto membro da comunidade jovem e da assembleia municipal, esperando que a comissão de juventude eleita possa apoiar o trabalho até ali desenvolvido e outros trabalhos futuros, que afirmou, com certeza que surgirão. -----

### **PONTO DOIS - I Nº 1139/2018 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - ELEIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO**

Foi presente à sessão a proposta para a eleição de membros da Assembleia Municipal, para a Comissão de Trânsito Municipal, aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 27-02-2014, sob proposta da Câmara Municipal na reunião da Câmara Municipal de 2-01-2014.-----



Foi proposto serem eleitos para a composição da mesma, os membros da Assembleia Municipal, João Alberto Carreiro de Medeiros Simas e Alexandre Custódio Batista Câmara Amaral.-----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO TRÊS - E Nº 5891/2018 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - CEDÊNCIA DE TERRENO - IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA RIBEIRA SECA**

Foi presente à sessão a proposta de Cedência de Terreno à Irmandade do Divino Espírito Santo da Ribeira Seca, com a área de 95 m<sup>2</sup>, situada na extremidade sudoeste do Centro Comunitário Prof. Eduardo Calisto Soares Amaral, freguesia da Ribeira Seca, para efeitos de construção de um edifício destinado a desmancho e armazenamento de carne por altura das festas do Divino Espírito Santo.-----

O membro da Assembleia Municipal, Dinarte Sardinha, pediu a palavra para, em seu entender, acentuar a razão da cedência em questão, esclarecendo que na altura, era Presidente da Junta da Ribeira Seca, e teve conhecimento que fora feita uma cedência verbal, de uma parcela de terreno que fazia parte de um quintal propriedade da Irmandade do Divino Espírito Santo, aquando da construção do Centro Comunitário, que foi dispensada para parque de estacionamento, naquela zona.-----

O Presidente da Câmara no uso da palavra, retorquiu, que mesmo que a cedência verbal não tivesse acontecido anteriormente, a Câmara Municipal, à semelhança de outros apoios às Irmandades do Divino Espírito Santo do Concelho, estaria disponível para a cedência do terreno em causa. -----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**PONTO QUATRO - I Nº 1119/2018 - INFORMAÇÃO - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2018 - 2º TRIMESTRE**

Foi presente à sessão a informação sobre o acompanhamento da Execução do Plano Financeiro do Exercício de 2018 do 2ª Trimestre. -----

A Assembleia Municipal, tomou conhecimento. -----

**PONTO CINCO - I Nº 1051/2018 - INFORMAÇÃO - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2018 - 3º TRIMESTRE**

Foi presente à sessão a informação sobre o acompanhamento da Execução do Plano Financeiro do Exercício de 2018 do 3ª Trimestre. -----





O membro da Assembleia Municipal, Bruno Moniz, pediu a palavra para afirmar que, conforme os dados facultados do 2º trimestre, constatou que o município estava a gastar mais do que o valor orçamentado inicialmente, pois verificava-se que o “Total Despesas Correntes” tinha crescido 492 mil euros, ( quatrocentos e noventa e dois mil euros), mais concretamente tinha orçamentado 2.620 mil euros ( dois mil, seiscentos e vinte mil euros), para aquele período, mas gastou 3.114 mil euros, ( três mil cento e catorze mil euros). -----

Adiantou, ainda, que, dos valores verificados destacavam-se, o aumento das despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços”, e o aumento das “Outras Despesa Correntes”. Questionando assim, a razão dos aumentos verificados naquelas rubricas. -----

O Presidente da Câmara no uso da palavra, agradeceu as intervenções acima descritas e respondeu que não tinha havido nenhuma alteração ou revisão orçamental que não tivesse sido levada às reuniões da Câmara Municipal, ou Assembleia Municipal, no caso das revisões, todos tiveram conhecimento da gestão orçamental ao longo do ano.-----

A Assembleia Municipal, tomou conhecimento. -----

#### **PONTO SEIS - PROC.º 2018/100.10.200/8 - ( I Nº 1113/2018) - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)**

Foi presente à sessão a proposta de Prestação de Serviços, para Revisor Oficial de Contas (ROC), nos termos das competências legais estatuídas nas alíneas f), e g) do n.º 1 e e) do n.º 2, ambas do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugadas com a alínea a) do n.º 18 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a firma Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados, SROC, com a modalidade de contratação por ajuste direto, pelo prazo máximo de execução de um ano e com o preço base mensal de €1 500,00, ( mil e quinhentos euros), acrescido do IVA em vigor. -----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

#### **PONTO SETE - I Nº 1072/2018 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS ( IMI) - FIXAÇÃO DAS TAXAS PARA 2019**

Foi presente à sessão, a proposta sobre o Imposto Municipal sobre imóveis (IMI), com a fixação das Taxas para o ano de 2019, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o estabelecido na alínea ccc) do n.º1 do artigo 33.º do mesmo diploma e em obediência à alínea c) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, com o valor da taxa para prédios rústicos de 0,8% e para prédios urbanos de 0.45%.

O Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi conferida, explicou que, como já era sabido, as taxas continuavam no nível mais elevado, devido ao Reequilíbrio Financeiro, tratando-se assim, explicou, de uma obrigação legal.-----



Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 8 votos contra do PSD. Abstiveram-se o membro da Assembleia Eleito pelo PSD, Bruno Arruda Machado e o presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca e com 2 abstenções. Votaram a favor o grupo eleito pelo PS. -----

**PONTO OITO - I N° 1071/2018 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019**

Foi presente à sessão a proposta de participação variável no IRS, para o ano económico de 2019, conforme o estipulado na alínea c) do n° 1 do artigo 25.º e do artigo 26º da Lei n° 73/2013, de 3 de setembro, com a taxa de 5%.-----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 8 votos contra do PSD. Abstiveram-se o membro da Assembleia Eleito pelo PSD, Bruno Arruda Machado e o presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca e com 2 abstenções. Votaram a favor o grupo eleito pelo PS. -----

**PONTO NOVE - I N° 1073/2018 FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019**

Foi presente à sessão, a proposta da fixação do valor da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), para o ano económico de 2019, ao abrigo do disposto na alínea c) do n° 1 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013. De 12 de setembro, conjugado com o estabelecido na alínea ccc) do n° 1 do artigo 33.º do mesmo diploma, no valor percentual de 0,25%.-----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 9 abstenções do PSD. Para além do grupo eleito pelo PS, votou a favor, o presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca.-----

**PONTO DEZ - I N° 1074/2018 LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019**

Foi presente à sessão, a proposta de lançamento de derrama para o ano económico de 2019, com base no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e nos termos da alínea c) do n° 1 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estabelecido na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do citado diploma, e com a alínea b) do n.º1 do artigo 35.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, fixada em 1,5%. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 8 abstenções do PSD. Para além do grupo eleito pelo PS, votou a favor, o presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca. -----

**PONTO ONZE- I N° 1110/2018 - PROPOSTA DE PROGRAMA DE PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL - VERSÃO 11/2018**



Foi presente à sessão a proposta de programa de Plano de Ajustamento Municipal, que contém a contração de empréstimo ao Fundo de Apoio Municipal ( FAM) até ao montante de € 33.057.000,00, ( trinta e três milhões e cinquenta e sete mil euros), com a taxa de 1,75%, por um prazo de 25 anos, com dois anos de carência de capital e três anos para a sua utilização. -----

O presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, fez a apresentação do documento, referindo a necessidade de se recorrer ao Ajustamento em causa, atendendo aos juros não perdoados, incluindo também as dívidas financeiras e de terceiros das Empresas Municipais. Explicou que aquele financiamento do FAM visava liquidar o empréstimo à CGD do reequilíbrio financeiro bem como pagar o empréstimo relativo à Gesquelhas e ainda regularizar juros vencidos. Restando na CGD os empréstimos de curto prazo e relativo à habitação social do loteamento da Nossa Senhora da Piedade. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com um voto contra do membro da Assembleia eleito pelo PSD, Hélder Medeiros, com 8 abstenções do PSD. Para além do grupo eleito pelo PS, votou a favor, o presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca. -----

O membro da Assembleia Municipal, Hélder Medeiros apresentou a declaração de voto que abaixo se transcreve. -----

*“ O meu sentido de voto não podia ser outro que não negativo. Este é um dos dias mais tristes da nossa vida comunitária, uma vez que se alivia um garrote a breve trecho, para vincá-lo de forma mais insustentável por mais 25 anos.*

*Prevejo que o IMI, continue a subir de acordo, com as previsões próximas, mesmo caminho que seguirão os demais impostos e taxas.*

*Este é um erro estratégico principalmente porque escolhemos sacrificar mais 30 anos do rendimento familiar e comunitário para preservar um equipamento que até ao presente não foi explorado, nem contribuiu em nada para o serviço da edilidade que o suporta.*

*Não posso tomar uma decisão favorável quando a informação é escassa, insuficiente e apresentada a solução sempre com novas nuances que não dão segurança a quem tem de votar.*

*Este é um erro estratégico que se pagará caro e por muito tempo.”*

#### **PONTO DOZE- I N.º,1120/2018 - 5ª REVISÃO ORÇAMENTAL**

Foi presente à sessão, a 5ª Revisão Orçamental, a qual foi explicada pelo Presidente da Câmara Municipal.-----

Colocada à votação, a mesma foi aprovada por maioria, com 9 abstenções do PSD. Votaram favoravelmente o grupo eleito pelo PS e o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca.-----



## **PONTO TREZE - I Nº 1111/2018 - OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2019**

Foi presente à sessão a proposta das Opções do Plano e Orçamento para 2019, com o montante de € 9 698 967,00 ( nove milhões, seiscentos e noventa e oito mil, novecentos e sessenta e sete euros).-----

O presidente da Câmara Municipal, destacou que, as principais realizações que se propõem concretizar, apesar de se manter um elevado nível de endividamento, prendem-se com necessidades prementes do Concelho, conferindo melhor qualidade de vida aos concidadãos. -----

Adiantou o Presidente da Câmara Municipal que, ao que se referia a obras ficava proposto realizar as mais significativas como, o Parque Recreativo e de Lazer da Mãe de Deus; a do Roteiro das Olarias, na freguesia de São Pedro; a da Requalificação da Orla Costeira na zona do Forte do Tagarete até à Praia das Dias; a da Requalificação do Centro Histórico de Água d'Alto e a do Acesso e sinalização ao Parque Industrial. -----

Afirmou que se mantinham as verbas destinadas aos concidadãos mais necessitados quer através do Fundo de Emergência Social e do Apoio à Habitação degradada. ----

Informou que, pela primeira vez tinha sido inscrita uma rubrica relativa a Bolsas de Estudo para os estudantes Vila Franquenses que pretendiam continuar os seus estudos, a nível universitário, fixando em 5 bolsas anuais, quer premiando o êxito, quer reconhecendo os mais carenciados e que o montante para cada estudante seria de setecentos e cinquenta euros anuais. -----

Referiu, ainda que, o Plano e Orçamento também continha a internalização da generalidade das Empresas Municipais, refletindo um novo financiamento através do FAM – Fundo de Apoio Municipal, a partir de junho de 2019. -----

Concluiu, esclarecendo que, o Plano de Apoio Municipal, vinha resolver as dívidas herdadas do SEL e resultava num menor encargo, a médio e longo prazo, para o Município. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, pediu a palavra para realçar a importância do projeto denominado “Roteiro das Olarias”. Com referência ao terramoto de 1522, em que após o mesmo o nível populacional crescera significativamente, naquela freguesia, constando que, em 1930 haviam 22 oleiros a produzirem louça para todas as Ilhas, levando o pregão “ Eh Louça da Vila”. Afirmou que a riqueza de um povo se mostrava pela sua cultura e educação. Esclareceu que a Junta de Freguesia tinha preparado o projeto das Olarias, mas como não tinha possibilidades financeiras, a Câmara Municipal, prontificou-se a apoiar. Contestou a proposta do PSD, que propunha substituir o projeto das Olarias, de cariz histórico de uma freguesia , por um vocacionado para o desporto, desvalorizando, no seu entender o povo de São Pedro. Por um lado, acrescentou



que, se para o Partido Social Democrata, o projeto, com característica ímpar nas Ilhas dos Açores, não era prioritário, por outro, apostava no Museu de Pescadores que os há por outros concelhos. Adjetivou de incongruente a não aprovação, por parte da oposição, de um projeto já aprovado por Fundos Comunitários e propor outros à custa da Câmara Municipal.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Água d'Alto, também pediu a palavra para tecer alguns comentários às opções do Plano e Orçamento apresentado. Iniciando com a referência à verba destinada ao desporto, que referiu ser sempre bem vinda, realçando a construção dos quatro balneários no Parque de Lazer da Mãe de Deus. Felicitou a iniciativa, de ser incluída, também para o ano de 2019, na rubrica da Educação, a importância disponível de € 11 250.00 ( onze mil duzentos e cinquenta euros) destinada de Bolsas de Estudo. Por último realçou com agrado o aumento das verbas destinadas às freguesias. -----

O membro da Assembleia, Bruno Moniz, pediu a palavra em nome do PSD, para solicitar ao Presidente da Câmara Municipal, alguns esclarecimentos, relativamente a algumas rubricas do plano e orçamento para 2018, a seguir indicadas. -----

- 1- **“(Capítulo - Aquisição de bens e Serviços)** Na rubrica de despesa Matérias-Primas e Subsidiárias têm uma dotação de 200.000 € verificamos que esta rubrica cresce em 29.139 € relativamente ao plano de 2017, que tinha sido de 170.861 €, queria que esclarecesse este aumento;
- 2- **(Capítulo - Aquisição de bens e Serviços)** Na rubrica de despesa Outros Serviços têm uma dotação de 400.000 € verificamos que esta rubrica cresce em 157.731 € relativamente ao plano de 2017, que tinha sido de 242.269 €, queria que me esclarecesse duas questões: 1) O que esta contemplado nesta rubrica; e 2) A razão para este aumento substancial desta rubrica;
- 3- **(Capítulo – Transferências Correntes)** Na rubrica de despesa, Outras (Administração Local) tem uma dotação de 22.100 €, o que esta rubrica a contemplar;
- 4- **(Capítulo – Transferências Correntes)** Na rubrica da despesa Instituições Sem Fins Lucrativos, temos a redução em 50.000 € entre o valor orçamentado para 2019, 255.000 €, comparando com 2018, 205.000 €, pergunto, para que instituições se distena esta rubrica e porque razão verificasse esta redução da dotação;
- 5- **(Capítulo – Aquisição de bens de capital)** Na rubrica da despesa Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitárias verificamos um aumento da dotação de 221.000 €, comparando o valor de 2019, 580.600 €, com o de 2018, 359.600 €, assim pergunto a razão para o aumento; e
- 6- **(Capítulo – Aquisição de bens de capital)** Na rubrica da despesa Investimentos Incorpóreos verificamos um aumento da dotação de 367.000 €, comparando o valor de 2019, 1.019.000 €, com o de 2018, 652.000 €, assim pergunto a razão para o aumento”



O membro da Assembleia Municipal, Edgardo Madeira, pediu a palavra, para manifestar a sua opinião, sobre o Açor-Arena, afirmando que uma vez que já pertencia à Câmara Municipal, o mesmo deveria ser embelezado, com melhorias estéticas.-----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 9 votos contra do grupo eleito pelo PSD. Para além do grupo eleito pelo PS, votou a favor, o presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca. -----

### ***“Declaração de Voto***

*O Grupo Parlamentar do PSD vem por este meio apresentar sua declaração de voto para as “Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019” da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, assim como se pode verificar pelo sentido de voto do grupo parlamentar, votamos contra pelas seguintes razões:*

- 1- Os nossos vereadores em reunião de câmara apresentaram 12 propostas que iam afectar todas as freguesias do nosso concelho podendo estimar-se um custo aproximado de 200.000 €, valor este que representa 2,06 % de 9.698.967 € do total de despesas orçamentadas para 2019;*
- 2- Estas propostas iam proporcionar externalidades positivas tanto na melhoria das condições de vida dos nossos munícipes, como também talvez nas condições financeiras com a criação de emprego;*
- 3- A prioridade dos investimentos a executar por parte do elenco camarário é diferente da opinião dos elementos do PSD e dos munícipes de Vila Franca do Campo, visto que as suas necessidades prioritárias são outras, como seja, a conservação e manutenção de alguns espaços públicos e a pavimentação de algumas ruas que estão em avançado estado de degradação;*
- 4- O município devia e deve incentivar o empreendedorismo local com a criação de um local para criação de empresas startups, visto que a câmara tem edifícios com pouca ou mesmo nenhuma utilização de modo a potencializar a criação de um centro de empresas cobaias para o desenvolvimento de ideias inovadoras ou mesmo para poder iniciar o seu primeiro negócio.*

*Assim, por tudo isto, o Grupo Parlamentar do PSD vota contra as “Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019”.*

### **PONTO CATORZE - I Nº 1121/2018 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA/ COMPROMISSO PLURIANUAL**

Foi presente à sessão a proposta para a Autorização Prévia/Compromisso Plurianual, com base no artº 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho e em consideração à alínea c) do n.º1 do artigo 6.º da Lei n.º 22/15, de 7 de março e ao artigo 12.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 99/15 de 2 de junho. -----



Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com um voto contra do membro da Assembleia eleito pelo PSD, Hélder Medeiros. Abstiveram-se 8 membros do PSD. Para além do grupo eleito pelo PS, votou a favor, o presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca. -----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Aberto o período destinado à intervenção do público, a Presidente da Assembleia Municipal informou que aquele tinha a duração de 30 minutos cabendo, no máximo, a cada pessoa, 5 minutos de intervenção. Assim cada cidadão tinha de referir o nome completo, morada e o assunto/os a apresentar. -----

Entre o público presente, inscreveu-se para intervenção o munícipe – Pedro Miguel Pacheco Costa, residente na Rua da Palmeira nº 24, freguesia da Ribeira Seca, concelho de Vila Franca do Campo, com a indicação de se debruçar sobre três pontos.-----

Questionou, referindo-se à Proposta de Programa de Ajustamento Municipal, presente na Ordem de Trabalhos, se a taxa de 1,75, por um período de 25 anos fora negociada como fixa. Perguntou, também, se as taxas locais seriam as mesmas e por último, para quando a abertura do Aquaparque.-----

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que a taxa fora negociada, como fixa, no entanto os juros acompanhariam a atualização do SPREAD. Quanto à questão das taxas locais, afirmou que seriam as mesmas, pelas razões já esclarecidas e relacionadas com a situação financeira do município. Sobre o Aquaparque, disse que não podia adiantar mais informação, mas que, pelo que sabia, havia um estrangeiro interessado na compra do mesmo.

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo, 23 horas e dez minutos, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Emanuel Frias Santos, Secretário da Mesa da Assembleia, a mandei escrever e subscrevo. -----

**Declaro ainda que a presente ata contém quinze folhas.** -----

A Presidente da Assembleia Municipal

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte

O 1.º Secretário

Emanuel Frias Santos